

**XXX CONGRESSO NACIONAL
DO CONPEDI FORTALEZA - CE**

**INTERNET: DINÂMICAS DA SEGURANÇA PÚBLICA
E INTERNACIONAL I**

VALTER MOURA DO CARMO

TAIS MALLMANN RAMOS

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

I61

Internet: dinâmicas da segurança pública e internacional [Recurso eletrônico on-line] Organização CONPEDI

Coordenadores: Tais Mallmann Ramos; Valter Moura do Carmo. – Florianópolis, CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-891-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Saúde: Acesso à justiça, Solução de litígios e Desenvolvimento

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Internet. 2. Dinâmicas da segurança pública e internacional. XXX Congresso Nacional do CONPEDI Fortaleza - Ceará (3; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



XXX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI FORTALEZA - CE

INTERNET: DINÂMICAS DA SEGURANÇA PÚBLICA E INTERNACIONAL

I

Apresentação

O XXX Congresso Nacional do Conpedi, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2023 no Centro Universitário Christus (Unichristus), reuniu a comunidade da pesquisa e pós-graduação em Direito do Brasil em Fortaleza-CE.

O Congresso contou com excelentes painéis, diversos Grupos de Trabalho de Apresentação de Artigos, uma grande variedade de pôsteres expostos pelos corredores do campus da Unichristus, além das confraternizações e dos momentos de interação social oferecidos pela organização do evento.

O tema do Congresso “Acesso à Justiça, Soluções de Litígios e Desenvolvimento”, se conecta com os pôsteres apresentados no Grupo INTERNET: DINÂMICAS DA SEGURANÇA PÚBLICA E INTERNACIONAL, pois as apresentações sintetizaram um debate com aspectos importantes e relevantes sobre temas atuais e interdisciplinares que permeiam a seara do acesso à justiça e soluções de litígios em relação à internet e segurança.

Essas temáticas propiciaram discussões e provocaram reflexões que confirmaram ideias e olhares novos sobre dinâmicas da segurança públicas relacionadas à internet.

A íntegra de todos os pôsteres sobre do Grupo “INTERNET: DINÂMICAS DA SEGURANÇA PÚBLICA E INTERNACIONAL” pode ser encontrada na presente publicação. Excelente leitura!

Tais Mallmann Ramos – Mackenzie

Valter Moura do Carmo - UFERSA

Segurança Internacional na Era Digital: cooperação, ameaças cibernéticas e soberania

Valter Moura do Carmo¹
Francisco Céu Pereira

Resumo

Introdução: A ascensão da internet redefiniu profundamente a maneira como as nações interagem, comunicam-se e conduzem suas atividades em um contexto globalizado. No entanto, essa interconexão sem precedentes trouxe consigo desafios substanciais no que diz respeito à segurança cibernética e à soberania dos Estados. A relação entre a segurança internacional e o Estado Nacional no âmbito da internet se tornou complexa e impactante no cenário contemporâneo, deixando uma análise aprofundada para entender suas necessidades.

A Internet revolucionou a comunicação ao se tornar um dos meios de grande massa a permitir uma melhor conformidade entre a produção e a recepção de informações. Com isso foi possível transformar de maneira profunda os meios de comunicação, alterando permanentemente a dinâmica tradicional e criando uma plataforma na qual todos podem ser produtores e consumidores, desencadeada em uma revolução de mídia. O que antes demorava semanas para alcançar o objetivo, hoje temos respostas em minutos. A Internet é um arranjo midiático. Foi e é desenvolvida a partir da reunião de diversos meios e tecnologias. Manuel Castells descreveu a Internet como a “improvável intersecção da big science, da pesquisa militar e da cultura libertária” (CASTELLS, 1999, p. 19). O ciberespaço comporta diferentes serviços baseados em infraestruturas críticas que necessitam de proteção contra os crimes cibernéticos, como as tentativas de acesso a ativos de informação das organizações públicas e

¹ Orientador(a) do trabalho/resumo científico

privadas. Nesse contexto, as políticas de segurança cibernética são fundamentais, pois definem o marco regulamentar a partir do qual as ações de segurança cibernética são estabelecidas e monitoradas, e os papéis e as responsabilidades são designados (SOUZA JUNIOR; STREIT, 2017). Problema da Pesquisa: O aumento da interdependência cibernética entre nações apresenta dilemas de segurança e jurídicos únicos. Como a crescente interconexão da internet afeta a segurança internacional e como os Estados Nacionais respondem a essas ameaças e desafios emergentes? Quais são os principais obstáculos enfrentados na proteção das fronteiras digitais e na manutenção da soberania em um ambiente virtual tão fluido? Vendo essas questões e todo o avanço nas legislações, precisa-se construir novas formas e buscar desenvolver melhor proteção a toda sociedade, e o espaço da internet e suas formas de manuseio precisam de maior controle. Objetivo Geral: Este estudo tem como objetivo examinar a relação entre a segurança internacional e o Estado Nacional no contexto da internet. Visa compreender os impactos da interconexão global no cenário de segurança internacional, buscando analisar as abordagens dos Estados em relação à segurança cibernética e à diplomacia digital, e poder avaliar como a soberania estatal é sustentada pelo ambiente digital em constante evolução. Objetivos Específicos: Analisar os efeitos dessa interconexão global na segurança internacional, identificando as principais ameaças e desafios que surgem no ciberespaço. Investigar as estratégias e políticas adotadas pelos Estados em relação à segurança cibernética, incluindo medidas de prevenção e resposta a ataques cibernéticos, buscando entender como é possível fazer isso. Avaliar as práticas de

diplomacia digital, examinando como os Estados utilizam a internet como uma ferramenta para promover seus interesses e se envolver em negócios internacionais. Método da pesquisa: Esta pesquisa adota uma abordagem predominantemente bibliográfica para investigar a relação entre segurança internacional, Estados Nacionais e desafios cibernéticos na era digital. A análise documental se baseia na cuidadosa análise de relatórios governamentais, dados e informações do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Agência Nacional de Telecomunicações, Política Cibernética de Defesa do Brasil (PCD) e Lei Geral de Telecomunicações (LGT) - Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, entre outras fontes relevantes. A escolha da abordagem bibliográfica se justifica pela necessidade de compreender de forma abrangente os desafios que a interconexão global e a evolução digital apresentam à segurança cibernética e à soberania estatal. Ao explorar os dados e informações disponíveis nessas fontes, busca-se contextualizar e analisar os efeitos da diplomacia digital, políticas de segurança cibernética e cooperação internacional no cenário atual. Resultados Alcançados: A análise revelou que essa conexão fornecida pela internet tem facilitado a troca de informações, a cooperação econômica e diplomática, mas também levou a um grande aumento de ameaças cibernéticas. A segurança cibernética emergiu como uma questão central nas questões de segurança internacional, o que se tornou uma questão para os países. Os estados enfrentam desafios variados, desde ataques de ciberespionagem destinados a comprometer infraestruturas críticas. A investigação constatou a transformação

da diplomacia ao abranger a ciberpolítica e a diplomacia digital. Atualmente, os estados utilizam meios virtuais para questões diplomáticas e têm a capacidade de responder com contramedidas digitais diante de ataques. O conceito tradicional de soberania é desafiado pelo ciberespaço, no qual a origem dos ataques pode ser obscura e as ações transcendem fronteiras físicas. Isso levanta questões sobre como aplicar a soberania em um ambiente virtual. A pesquisa também destacou a necessidade de cooperação internacional e de desenvolvimento de normas compartilhadas para lidar com os desafios cibernéticos, bem como a importância de regulamentações nacionais robustas. A ligação entre a segurança internacional e o papel do Estado Nacional na era da internet apresenta um cenário complexo. A interconexão traz oportunidades e riscos, enquanto os Estados buscam equilibrar a segurança cibernética com a preservação da soberania em um ambiente digital em constante evolução.

Palavras-chave: Internet, Soberania do Estado, Políticas de segurança cibernética, Ciberpolítica

Referências

BRASIL. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19472.htm.

Acesso em: 18 ago. 2023.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. I.

SOUZA JUNIOR, Alcyon Ferreira de; STREIT, Rosalvo Ermes. Segurança cibernética:

política brasileira e a experiência internacional. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 68, n. 1, p. 107-130, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v68i1.864>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/864>. Acesso em: 19 ago. 2023.